



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 089

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 089

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Ofícios.....	03
Requerimentos	03
Projeto de Resolução	05
Projetos de Lei	05
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	08
Dep. Elio Rusch	09
Dep. Valdir Rossoni	10
Dep. Neivo Beraldin	11
Dep. Barbosa Neto.....	12
Dep. Plauto Miró Guimarães	13
Grande Expediente	
Dep. José Domingos Scarpellini	14
Dep. Tadeu Veneri.....	15
Prof. José Lemos Presid. APP-Sind.	16
Dep. Antonio Anibelli.....	18
Horário das Lideranças:	
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	11
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	13
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	19
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	19
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	20
2ª Discussão	21
Requerimentos	21
Encerramento da Sessão Ordinária.....	22
Publicações:	
Atas de Comissão	
Redação.....	22

083ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2005

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Geraldo Cartário e Cesar Seleme.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Pastor Edson Praczyk, Carlos Simões, Duílio Genari, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (10); em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia e o Sr. Deputado Jocelito Canto; em viagem representativa os Srs. Deputados Hermes Fonseca e Marcos Isfer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Damos as boas vindas ao nossos mestres e auxiliares da Educação, que hoje nos visitam.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 267/2005

Curitiba, em 30.08.2005.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 29/08/2005 (ontem), por estar sendo submetido a exames de saúde e, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos naquela data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Carlos Palma, ocorrido no dia 29 de agosto do corrente, na cidade de Foz do Iguaçu, e que seja encaminhada cópia desta proposição à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos, com profunda tristeza, a notícia do falecimento ocorrido nesta data, de João Carlos Palma, amigo e pessoa muito querida na cidade de Foz do Iguaçu, onde residia.

Joni Palma, como era conhecido, foi funcionário da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e da Câmara Municipal daquela cidade, onde exerceu o cargo de Vereador, na década de 1980.

Contribuiu significativamente com aquela comunidade no exercício da função de Vereador, também como servidor da Prefeitura e Câmara Municipal, e sobretudo como morador de Foz, dedicando-se sempre para o seu engrandecimento.

Joni Palma deixará muitas saudades e uma lacuna que jamais será preenchida naquela sociedade.

Como última homenagem ao amigo, registramos nos livros que contam a história desta Assembléia Legislativa, a nossa estima, consideração e o engrandecimento do povo iguaçuense ao Joni Palma, pelos seus relevantes serviços prestados a Foz do Iguaçu e ao seu povo.

REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria da Associação Paranaense do Ministério Público, para o biênio 2005/2007.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados: Maria Tereza Uille Gomes, Presidente; Cid Marcus Vasques, 1º Vice-Presidente; Valdecir Guidini de Moraes, 2º Vice-Presidente; Marcelo Balzer Correia, 1º Secretário, Júlio César Caldas, 2º Secretário; Wanderlei Carvalho da Silva, 1º Tesoureiro; Altair Pissaia, 2º Tesoureiro; Suzana Broglia Feitosa de Lacerda, Diretora de Patrimônio; Nilton Marcos Carias de Oliveira, Orador; à Av. Cândido de Abreu, 526 - 10º Andar - Centro Cívico - CEP 80.530-905, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos novos acadêmicos honorários da Academia Paranaense de Medicina, realizada no último dia 29 de julho de 2005, em cerimônia realizada na sede da Associação Médica do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados: Dr. Antônio Carlos Rocha Sprenger, Dr. Emílio Salvador Granato; Dra. Fani Frischmann Aisengart, Dra. Helen Anne Butler Muralha, Dr. Jayme Benjamin Guelmann e ao Dr. Oscar Alves, à Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde, CEP 80.240-280, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos novos acadêmicos titulares da Academia Paranaense de Medicina, Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho, Dr. Renato Araújo Bonardi e ao Acadêmico Fundador Ary de Christan, que será elevado a Acadêmico Emérito, em cerimônia que se realizará neste dia 30 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados, no seguinte endereço: Associação Médica do Paraná - Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde, CEP 80.240-280, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 151º aniversário da Polícia Militar do Paraná, comemorados em solenidades iniciadas em 15 de junho do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM David Antonio Pancotti, à Rua Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Centro - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor e congratulações ao Cabo Gláucio Sandro Monteiro e aos Soldados Adriano Sérgio Silvestre, Edson Rodrigues Vidal Pinto e José Maria Valério pelo brilhante trabalho realizado no Município de Antonina, e região litorânea.

Membros do posto de Polícia Florestal de Cacatu, o Cabo Monteiro e os Soldados Silvestre, Vidal e Valério, brilhantes prestadores de serviço e salvadores do povo, com muito empenho e dedicação, resgataram com bravura a vida do menor Maicom Wilian Vidal dos Santos, 10 anos, que encontrava-se afogado no Rio Cacatu, Município de Antonina, no último dia 14 de agosto do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao Sr. Edvin Pio Rigotti, Presidente eleito do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao Sr. Marcos Antonio Viana Nunes, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao casal Jorge Rodrigues Vieira e Marli Eleutério dos Santos, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa, ao Dr. José D' Amico Júnior, pelos excelentes serviços prestados na área odontológica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.08.2005.

(a) CESAR SELEME

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, em todos os concursos públicos e testes seletivos realizados no Poder Legislativo Estadual, a obrigatoriedade da inclusão de questões referentes ao Direito da Criança e do Adolescente - Constituição Federal e Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da
Mulher, da Criança e do Adolescente

JUSTIFICATIVA:

O Governador do Estado do Paraná editou o Decreto nº 5309, de 29 de agosto de 2005, instituindo a obrigatoriedade de questões referentes aos direitos das

crianças e dos adolescentes em concursos públicos e testes seletivos do Estado.

Essa iniciativa é meritória e merece ser seguida pelo Poder Legislativo, haja vista a importância da defesa dos direitos da criança e do adolescente como forma de preservação dos valores da família.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 527/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, as Secretarias de Estado ou qualquer órgão da administração pública direta ou indireta, proibidos de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

Notando a desigualdade dos políticos que se utilizam de programas de rádio ou televisão, pois permanecem na mídia com recursos públicos que acabam faltando para os menos favorecidos, o projeto de lei visa corrigir injustiças estabelecendo condições iguais entre os que desempenham suas funções na vida pública.

Justifica-se ainda, que a função do legislador é fiscalizar os atos do Poder Executivo e fazer leis.

PROJETO DE LEI Nº 528/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de uso ao Município de Santa Mariana, de imóvel pertencente ao Estado do Paraná situado na Rua Merchione Spagolla, 107, no perímetro urbano do Município, matriculado sob nº 314, no Registro de Imóveis de Santa Mariana.

Art. 2º O imóvel, de que trata o artigo 1º desta lei, deverá ter exclusiva utilização para a instalação de um centro odontológico para atendimento da comunidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de

Uso, ao Município de Santa Mariana, de imóvel pertencente ao Estado do Paraná situado na Rua Merchione Spagolla, 107, no perímetro urbano do Município, matriculado sob nº 314, no Registro de Imóveis de Santa Mariana.

O imóvel encontra-se sem uso, tendo em vista que a Delegacia de Polícia 11ª Sub-Preletoria foi transferida para um imóvel recém-construído. A Prefeitura Municipal de Santa Mariana pretende, com a cessão do imóvel, instalar ali um centro odontológico para atendimento da comunidade local.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 529/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Emaús de Assistência Social e Educação, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Emaús de Assistência Social e Educação foi fundada em 10 de março de 2000 e tem como finalidade promover o desenvolvimento humano e a integração social de menores carentes acima de 14 anos de idade.

A entidade vem oferecendo cursos de pedreiro, padeiro, pintor, armador de ferragem, cozinheiro, costureiro, carpinteiro, mecânico, entre outros. Os cursos são aplicados por profissionais voluntários.

O trabalho desenvolvido pela Associação Emaús é relevante para a comunidade maringense e deve receber o apoio desta Assembléia Legislativa, concedendo-lhe o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 530/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, até o exercício de 2015, inclusive, o “Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná”, no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e da Secretaria de Estado da Cultura, destinado a promover o desenvolvimento da Indústria Audiovisual no Estado do Paraná, através do fortalecimento da cadeia produtiva e do modo de produção da atividade cinematográfica independente, visando ampliar e facilitar o consumo de seus produtos para seg-

mentos populacionais mais amplos, através da distribuição sistematizada e da projeção em salas de exibição a preços populares.

Art. 2º O “Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná” terá os seguintes objetivos fundamentais:

I - Reconhecimento dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa através da geração de novos empregos e renda.

II - Garantia de pleno exercício dos direitos culturais, acesso às fontes de cultura e aos bens culturais locais e regionais pela população do Estado.

III - Promoção da cultura paranaense e brasileira mediante o estímulo à produção audiovisual cultural e artística, independente e regional.

IV - Valorização das manifestações audiovisuais das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras e das de outros grupos étnicos formadores da população paranaense.

V - Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, mediante o estímulo ao uso ordenado, ao registro audiovisual e à divulgação do mesmo.

VI - Fortalecimento do mercado interno mediante a viabilização do desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem estar da população e a autonomia tecnológica do Estado.

Art. 3º Este Programa será estruturado através do fomento direto às quatro etapas produtivas de formação, produção, distribuição e exibição audiovisual.

§ 1º A etapa de Formação, constante do *caput* deste artigo, refere-se à implantação e ministério de cursos, palestras, seminários, oficinas, publicações e outros que visem à orientação técnica e acadêmica dentro da área de audiovisual.

§ 2º Por Produção, entende-se a viabilização do produto audiovisual através da execução operacional de etapas consecutivas do projeto, tais como: pesquisa, elaboração de roteiro, contratação de equipe e elenco, filmagens, finalização do produto.

§ 3º A Distribuição compreende a etapa de comercialização do produto audiovisual por agentes distribuidores junto aos circuitos exibidores, às salas de exibição, aos canais de TV por assinatura, às TVs abertas, internet e outros meios de veiculação.

§ 4º Exibição é a difusão do produto audiovisual junto ao público consumidor.

Art. 4º Para a execução das etapas de que trata o parágrafo anterior, o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná operacionalizará a realização dos seguintes procedimentos:

§ 1º Quanto à Formação: Implantação anual de três Centros Técnicos Audiovisuais Regionais - CTAVR,

sendo os três primeiros na Capital do Estado (Região Sul), no Município de Londrina (Região Norte) e no Município de Cascavel, (Região Oeste), contemplando pontos estratégicos no Estado.

§ 2º Produção de, no mínimo, oito Obras Audiovisuais por ano, sendo três Filmes Longametragem e cinco Telefilmes.

§ 3º Quanto à Distribuição: Criação de uma Distribuidora de produtos audiovisuais.

§ 4º Quanto à Exibição: Construção de dois complexos cinematográficos multiplex com duas salas de exibição cada um, num total de quatro salas, anuais.

Art. 5º Para a execução do Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná o Governo do Estado, no exercício atual, destinará, no mínimo, a quantia de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) oriundos do Orçamento Geral do Estado, a serem alocados nas Secretarias de Estado da Indústria e Comércio e da Secretaria de Estado da Cultura.

§ 1º Para a execução do Programa, o Governo do Estado poderá firmar parcerias com empresas e instituições interessadas, com as quais fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios.

§ 2º Para a execução orçamentária, o Poder Executivo poderá firmar convênio com Organizações Sociais cujo objeto social coincida ou abranja as metas do Programa.

Art. 6º Os recursos anuais do Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná, previstos no artigo anterior, terão a seguinte destinação:

I - O valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) será investido na implantação dos Centros Técnicos Audiovisuais Regionais.

II - O valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) serão investidos na Produção das obras audiovisuais.

III - O valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) será investido na distribuição de obras audiovisuais, sendo que até 20% será utilizado na estruturação da Distribuidora Paranaense e o restante nas atividades próprias de distribuição dos filmes e telefilmes produzidos através desta lei, bem como daqueles produzidos através da Lei nº 14.279/2004).

IV - R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) serão investidos na construção dos dois complexos cinematográficos multiplex, referidos no artigo anterior.

Art. 7º Fica criado o Conselho Estadual de Audiovisual, com a finalidade de fiscalizar a execução do Programa de Fomento à Indústria Audiovisual, com a finalidade de fiscalizar a execução do Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná, bem como de sugerir aperfeiçoamentos que a execução do mesmo possa demandar.

§ 1º O Conselho Estadual de Audiovisual será composto por seis membros, representantes das seguintes Instituições e entidades.

I - Um representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

II - Um representante da Secretaria de Estado da Cultura.

III - Um representante do Poder Legislativo Estadual.

IV - Um representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná - SIAPAR.

V - Um representante da Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC.

VI - Um representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Arte - expressão da cultura de um povo, nos ensina a História da Civilização - é a manifestação do espírito do ser humano, a manifestação do que nele há de melhor e de mais rico. Na atualidade, uma das principais formas de expressão da arte humana se faz através das ditas "Artes Audiovisuais", do qual o cinema é a sua mais conhecida expressão. Mais do que forma de expressão cultural, o cinema em especial - e o audiovisual em geral - assumem, ainda, importância ímpar nos processos de consolidação econômica da área cultural, criando um mercado específico que, dentre outras virtudes, cimenta a identificação cultural daquela sociedade e possibilita formação de profissionais habilitados.

O cinema é uma grande ferramenta de comunicação e divulgação, que gera emprego, alternativas de renda e mais cultura, além de poder resgatar e eternizar a identidade de uma nação. Por definição, o cinema especificamente, e o audiovisual de um modo geral, são considerados das artes as mais completas. Neles estão presentes elementos de literatura (roteiro), teatro (atuação), música (trilha sonora), dança, artes plásticas (cenário, figurino, adereços), escultura (3 D), história em quadrinhos (animação) e fotografia. Por englobar todas estas áreas, o audiovisual também é um segmento dos mais respeitáveis em termos de geração de emprego.

No Brasil, numa demonstração da importância estratégica do audiovisual, o governo federal tem enviado esforços no sentido da criação da ANCINE, além disto, nunca tivemos tanto recurso para o setor. Para se ter uma idéia, depois de baixar de R\$ 91 milhões (2001) para R\$ 83 milhões (2002), o investimento só cresceu: foram R\$ 118 milhões em 2003 e R\$ 129 milhões em 2004. Isto fez com que o número de filmes crescesse na mesma proporção. Se entre 1994 e 1998 tivemos uma média de 18 filmes produzidos anual-

mente, e de 1999 a 2003 tivemos 35 filmes em média, no ano passado foram 51 as produções realizadas. Mas é preciso garantir ao cinema brasileiro, não apenas recursos, mas uma base empresarial consistente, tanto na produção como na distribuição e exibição do produto nacional.

O Estado do Paraná, mercê do desempenho primoroso dos produtores de audiovisuais nos vários Festivais de Cinema e demais circuitos exibidores da cinematografia nacional, apesar de um grande passo já dado em direção ao desenvolvimento da cinematografia de nosso Estado, com a criação de um Prêmio de Cinema, nos motiva a explorar nosso potencial como empreendedores do cinema a desenvolver, como pioneiros no Brasil, uma indústria do audiovisual do Paraná.

Aqui o audiovisual passa por um momento interessante. Quinto pólo produtor nacional, o Estado está abrindo a primeira Escola Superior de Cinema e Televisão da América Latina. Aliada a ela, outras escolas de cinema e vídeo têm aberto suas portas em Curitiba. Esta abertura para o ensino do audiovisual não encontra o mesmo volume no restante do Estado, onde existe um público carente de formação e expressão em cinema e vídeo, principalmente nos meios acadêmicos. Como reflexo da formação de profissionais, existe e vai aumentar a demanda por novas produções. E isto também vai se refletir, certamente, nos setores de distribuição e exibição. Nestes dois setores o Paraná demonstra enorme carência. Não existe uma distribuidora atuante no Estado e o número de salas de cinema está muito aquém do necessário.

Ante o exposto é que estamos formulando o Programa da Indústria do Audiovisual do Estado do Paraná. Através deles serão contemplados os quatro segmentos principais do audiovisual - formação, produção, distribuição e exibição - fazendo com que nosso Estado, fundamentalmente nestas duas áreas, torne-se pioneiro no país. Com a criação da distribuidora paranaense de cinema e vídeo estaremos levando nossa produção para outros Estados e, conseqüentemente, trazendo o que está sendo realizado em outras cidades para ser mostrado aqui, contribuindo desta maneira para a elevação da qualidade do cinema nacional através da divulgação de toda nossa diversidade.

Em termos de exibição, com a construção de salas anuais, iremos proporcionar o acesso ao cinema a populações que hoje não encontram condições de ter contato com a sétima arte.

Em termos de formação, os CTAVRs - Centros Técnicos de Audiovisual Regionais constituem-se no mais democrático instrumento para a disseminação da produção. Através deles, novos e antigos realizadores, encontrarão apoio técnico e pessoal, além de equipamentos, para possibilitar a realização de suas produções.

E com os recursos para realização de três longas-metragem e cinco telefilmes, o programa irá consolidar verdadeiramente uma indústria do audiovisual parana-

ense, além de permitir a expressão artística dos realizadores e a divulgação do nosso patrimônio cultural.

PROJETO DE LEI Nº 531/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia Oficina Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Município de Santa Terezinha do Itaipu e foro na Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia Oficina Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na Comarca de Foz do Iguaçu, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por finalidade prestar assistência social em geral, mediante distribuição de roupas, mantimentos e medicamentos aos necessitados, diretamente ou por meio das entidades existentes, inclusive no atendimento e encaminhamento dos problemas de saúde, higiene e escolar.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 532/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual Criança com Neoplasia, na última quarta-feira do mês de novembro.

Art. 2º Caberá aos órgãos competentes da rede estadual de saúde articulados com demais entidades da sociedade civil, organizarem campanhas para informação e esclarecimento da população, bem como desenvolverem ações preventivas quanto à neoplasia infantil nesta data.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A mortalidade por neoplasia infantil é preocupante. Em 2002 representava, na faixa de zero a um ano,

4,9 por 100.000 habitantes para o sexo feminino e 5,3 para o sexo masculino, segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, para o ano de 2002. No entanto, na faixa de um a quatro anos o índice continua no mesmo patamar, ou seja, em 4,6 e 5,3, mas salta do 12º para o sétimo lugar. Na faixa de 5 a 14 anos, salta para o segundo lugar, mantendo respectivamente as taxas 4,4 a 5,3.

As causas disso são pelo menos as seguintes:

- As neoplasias ainda são tomadas como doença de adultos. Com isto há estudos insuficientes e reduzida informação da população o que dificulta o diagnóstico precoce do problema.

- As neoplasias infantis dispõem de poucos recursos e reduzida atenção do sistema de saúde.

Por outro, é importante constatar que o diagnóstico e tratamento precoce, segundo pesquisas acadêmicas, promovem até 70% de cura.

Tomado pela necessidade de maior conscientização da sociedade sobre este tema, propomos a esta Casa de Leis adotar o dia estadual de combate à neoplasia infantil, no qual caberá aos órgãos competentes da rede estadual de saúde, articulados com entidades da sociedade, organizarem campanhas para informação e esclarecimento da população, bem como desenvolverem ações preventivas quanto a neoplasia infantil nesta data.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado José Domingos Scarpellini.

***Deputado José Domingos Scarpellini
(PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

(Lê):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Venho a esta tribuna na tarde de hoje, para reverenciar a memória do 'eterno' Presidente desta Casa, o Deputado Anibal Khury. Faz hoje, exatos seis anos, de seu passamento e esta Assembléia ainda guarda as lembranças de sua história. Uma história reconhecida até mesmo pelo mais audaz adversário. Homem de várias legislaturas, galgou os mais importantes cargos desta Casa.

Filho de pais árabes, nascido em Porto União, no vizinho Estado de Santa Catarina, Anibal Khury, foi um mestre para as várias gerações de políticos e magistrados. Um autodidata, um deduíno que muito nos ensinou nas artes da engenharia política e da convergência das idéias para a construção do poder político do Estado.

É possível afirmar que, pela sabedoria com que fazia política, foi Anibal o criador da lógica de legislar. Cumpria aritmeticamente a arte das composições, a numerologia das bancadas, das articulações e, quando

ninguém acreditava, estava aprovada a lei necessária, tal qual a vontade do mago.

Faz hoje seis anos do seu passamento, e podemos afirmar, sem nenhum embaraço, que é, até hoje, uma ausência presente. Uma lacuna não preenchida, com todo o respeito que possamos ter pelos outros que ocuparam seu lugar. Ao 'eterno' Presidente, nosso eterno respeito. Viva o Presidente Anibal Khury!"

Já dizia Anibal Khury, que se falar fosse muito bom e importante nós teríamos duas bocas e um só ouvido. E hoje, Sr. Presidente, é o dia ideal para nós reverenciarmos, aqui, o Presidente Anibal Khury.

No Horário das Lideranças vou usar o Horário do Partido Socialista Brasileiro para tratar de um assunto muito importante: a entrada do Padre Valter de Apucarana, no PMDB.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer uma memória em homenagem ao MDB velho de guerra, ao qual o Governador Roberto Requião nunca pertenceu. Ao PMDB que ele vem cooptando, de funcionário a vereador, a Prefeito, e trazendo e fazendo uma composição política para ganhar as eleições e neste horário de hoje vamos prestar uma homenagem ao Padre Prefeito e ao Governador que fala, faz e sustenta. Esse é o grande mote do Governador Roberto Requião, ele fala, faz e sustenta! Falou do pedágio, do salário dos professores, falou da recriação do IPE, do funcionalismo público do Estado do Paraná e está sustentando que não cumpre o que fala.

O pedágio, Sr. Presidente, ele também não ouviu as palavras e os ensinamentos do velho Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury e se comprometeu: "ou baixa ou acaba" e o pedágio não abaixou, não acabou e ele criou mais pedágio e ele pensa que o povo do Paraná não tem memória.

Hoje nós vamos fazer um "memorex" no Governador Roberto Requião, no Padre Prefeito de Apucarana e naqueles que falam uma coisa, não cumprem e depois querem impor a sua vontade aos outros.

Hoje nós vamos traçar um pouquinho de umas linhas tortas que algumas pessoas gostam de fazer pela vida e o Anibal sempre dizia...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço para V. Exa. concluir. Trinta segundos. Não vai passar disso.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Nenhum segundo a mais. O Anibal sempre dizia que o caminho mais curto entre dois pontos é uma linha reta. Hoje nós vamos mostrar a linha reta do Governador e do Padre Prefeito que hoje ingressa no PMDB, em Apucarana.

Até daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros professores que nos dão o prazer e a honra de estar presentes aqui na Sessão de hoje.

Eu peço desculpas aos Srs. Deputados para discorrer sobre o mesmo assunto que nós falamos no dia de ontem. Falamos ontem sobre a precariedade das rodovias do nosso Estado do Paraná. De um lado, quando ligamos a televisão ou abrimos as páginas dos jornais ou de revistas, nós encontramos uma propaganda do Governo do Estado em relação à recuperação de quatro mil quilômetros de rodovias no Estado do Paraná.

Eu disse ontem, Deputado Geraldo Cartário, e fiz referência à Rodovia 165, que liga Marechal Cândido Rondon à cidade de Guaíra, rodovia em precárias condições que não tem trafecabilidade nenhuma.

Eu disse ontem, Deputado Valdir Rossoni que são 63 quilômetros de rodovias. Para eu fazer esse percurso, levei duas horas e quinze minutos. Não tem condições!

Fiz referência sobre a ponte, na BR-272, ligando Guaíra a Francisco Alves. Hoje os jornais dão a notícia que ela está interditada, e o Governo Federal está estudando de que forma vai construir essa ponte. Fiz referência também nessa tribuna, em relação à BR-476 que liga Lapa a São Mateus do Sul, União da Vitória, ligando o Paraná, São Paulo com Santa Catarina, Rio Grande do Sul e recebi e os Srs. Deputados também devem ter recebido, um convite da Comissão organizadora pelo fechamento da BR-476, ligando Lapa a São Mateus do Sul e União da Vitória, na sua cidade, em Bituruna, Deputado Valdir Rossoni; sei que por inúmeras vezes V. Exa tem reclamado da condição dessa rodovia.

E o que nós assistimos, Sr. Presidente? O Governo Federal dizendo que a responsabilidade é do Governo Estadual e o Governo Estadual dizendo que é de responsabilidade do Governo Federal! Joga-se um verdadeiro "ping-pong". Um devolve a bola para outro. O que é que a sociedade vai ter que fazer? Tem que procurar outras alternativas e uma delas é ter que fazer? Tem que procurar outras alternativas e uma delas é exatamente fechar a rodovia, o que vai acontecer no dia de amanhã. Fecha-se a BR-476 das 8 horas da manhã até as 13 horas da tarde.

Diz mais o convite: "Caso não sejam tomadas providências, a paralisação volta no dia 28 de setembro. Será que só é assim, com protestos e com greves, que o Governo atende exatamente os anseios da sociedade? Não é justo! Ou será que através de uma catástrofe, ou através de um acidente, como já têm acontecido inúmeros, nas nossas rodovias, do Estado do Paraná, enquanto ninguém assume a sua responsabilidade?

Por isso, Srs. Deputados, eu não poderia deixar de manifestar hoje, mais uma vez, em relação, a esse assunto, porque, a única alternativa que nos resta é chegar aqui na Assembléia, usar a tribuna a esperar, Deputado Bradock, que os governos entendam a necessidade de

fazer a conservação dessas rodovias, a exemplo daquilo que os funcionários do Estado fizeram o ano passado, pedindo o reenquadramento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta segundos, para V. Exa. concluir.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Em todo o mundo, só com greves, com manifestações, para que o governo sensibilize.

Eu espero que não venhamos nós, nos primeiros dias abrir as páginas dos jornais, no noticioso, e ver coisas lamentáveis, tristes que aconteceram nas nossas rodovias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados servidores aqui presentes.

Venho a esta tribuna inicialmente para complementar e falar da BR-476, a rodovia que liga Curitiba, Lapa, São Mateus do Sul, União da Vitória e Rio Grande do Sul.

No dia de amanhã, Deputado André Vargas - V. Exa. que é Presidente do PT poderia ajudar muito a nossa região - será paralisada a Rodovia 476, porque o descaso com aquela região, com os usuários daquela rodovia é algo inédito, nas últimas décadas.

Não há mais condições de tráfego, não há mais como escoar a produção daquela região e da região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que passa pela 476.

Como diz o velho ditado: existe tanto buraco lá, na 476, que tem fila de buraco aguardando para entrar na rodovia, porque não tem espaço”.

O que mais me assusta é que esta rodovia não tem dono! Hoje, não tem dono! O Governador do Paraná esteve em União da Vitória, na semana passada, afirmou que a rodovia é de responsabilidade do Governo Federal. Os prefeitos estiveram, em Brasília, conversando com o Ministro dos Transportes e o Ministro dos Transportes mostrou um convênio aonde o Governo do Paraná é responsável, sim, pela rodovia!

Nós responsáveis pela rodovia 476, temos que aguardar a decisão “de quem é a conservação da rodovia 476”?

É lamentável porque nós que falamos aqui, só podemos ter a ajuda da imprensa, para que repercuta esta preocupação de uma região, de um Estado. Por que não? O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, boa parte da produção desses dois Estados passam pela rodovia 476 e, agora estamos com a seguinte preocupação: não sabemos com quem reclamar.

Se pelo menos soubéssemos quem é o responsável, faríamos um movimento para reivindicar, mas hoje não tem responsável.

Deputado Elton Welter, estou no Pequeno Expediente. Logo que entrar no Horário da Liderança lhe concedo o aparte, pois neste momento o Regimento não permite.

Sr. Presidente, levo um azar danado, Deputado Augustinho Zucchi. Eu estava aqui com uma Questão de Ordem para fazer ao Presidente Hermas Brandão. Aproximadamente cinco meses atrás aprovei nesta Casa um requerimento de informação dos gastos do Governo com publicidade. Melhor dizendo, dos gastos do Governo com propaganda. O Governo do Paraná, neste momento, gasta 140 milhões em propaganda e eu entrei com um requerimento, para, pelo menos como Parlamentar, poder ter em minhas mãos a relação onde se gasta essa fábula de recursos.

Só para os Parlamentares terem uma idéia, o Estado de São Paulo que tem quarenta milhões de habitantes, gasta 140 milhões! E aí eu aprovo um requerimento nesta Casa, porque seria muito bom para esta Casa ter essa questão aqui transparente, porque foi a pregação aqui feita pelo Governador de que as respostas viriam para esta Casa em cinco dias.

Então, está sendo primeiro desrespeitado o decreto do Governador, porque ele disse que os seus Secretários têm cinco dias para responder os pedidos de informação do Parlamentar. Os Secretários não respeitam o decreto do Governador! Aí existe o respeito ao Poder Legislativo. Também não se respeita o Poder Legislativo! A informação que este Parlamentar requereu a esta Casa para ver aonde estamos gastando os 140 milhões. Para fazermos aqui uma comparação, daria para construir quatorze mil casas populares, daria para comprar sete mil carros para a saúde, para a segurança. É um volume enorme e nós que vivemos nesse momento sob a preocupação que vive a Nação, de que o Valério Duto, a origem dos recursos da roubalheira que tomou conta de Brasília! Parte desses recursos, vem de agências de publicidade! Nós, quando vemos esse valor num Estado como o Paraná, é o maior gasto do Estado do Paraná em publicidade, não temos as explicações!

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, gostaria que V. Exa. transmitisse ao Presidente Hermas Brandão. Já entrei com a Questão de Ordem nesta Casa, levei ao conhecimento do Presidente Hermas Brandão, o desrespeito do Secretário da Comunicação com este Parlamentar, e não é com este Parlamentar, porque a partir do momento que o requerimento é aprovado por esta Casa, é um desrespeito a esta Casa! Ele está incorrendo em crime de responsabilidade! E por esta razão, não peço mais à Mesa Executiva, eu exijo dela, uma tomada de atitude, porque há dez dias atrás levamos essa Questão de Ordem a V. Exa., à Comissão Executiva, representada na pessoa do Presidente, e nós, até o presente momento, não obtivemos as informações!

Aí o Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, tem a coragem de mandar uma correspondência e dizer que, se numa eventualidade as informações não forem completas, que eu posso reclamar à Casa Civil porque ele é um mero intermediário! Ora, o Chefe da Casa Civil, intermediário do quê? Outra questão, se a resposta é incompleta o intermediário deve ter conhecimento; não é este Parlamentar que tem que, se eu já estou pedindo as informações é porque eu quero as informações do Governo completas.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Sr. Presidente, ao voltar aos trabalhos nesta Casa depois da Semana da Pátria, se eu não obtiver as informações, estarei entrando na Justiça, e lá, eu tenho certeza, eles vão me entregar para quem estão gastando esse volume de recursos na Comunicação.

Quero comunicar esta Casa - que está saindo arranhada deste processo, porque o desrespeito ao não prestar informações aos Parlamentares, esta Casa tem que se impor, porque a lei é clara, o Secretário da Comunicação está incorrendo em crime de responsabilidade, e por esta razão, Sr. Presidente, trago esta preocupação, porque o meu desejo primeiro são as informações, segundo, é o respeito a esta Casa.

O Sr. André Vargas (PT)

V. Exa. concede-me um aparte?

(Assentimento)

Bastante sintético. Só para V. Exa. ter noção, há um convênio de delegação, o Deputado Welter também colocaria, eu acho que pode colocar também alguns detalhes, em que as rodovias foram delegadas no final de 2002.

Só para esclarecer. O dinheiro pelo que está sendo feita a duplicação de Cascavel-Toledo, por declaração na Comissão de Obras do Tissot, do Diretor-Presidente do DER, é dinheiro que entrou fruto daquele convênio de delegação. Governo que V. Exa. também deu base e sustentação nesta Casa recebeu em torno de oitenta milhões de reais por conta desse convênio, e esse Governo atual recebeu 35 milhões. Receberam dinheiro e não assumiram o compromisso de manter, a rodovia que V. Exa. cita e outras tantas. E acho que o Deputado Welter poderia complementar para que V. Exa. pudesse concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço. Dou um aparte ao Deputado Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Na próxima quinta-feira, Deputado Rossoni, já tem uma audiência com o Tribunal de Contas da União, fruto daquela reunião com Prefeitos e Deputados Federais que ocorreu há dez dias atrás. Nessa reunião estarão presentes Deputados federais do Paraná. O Tribunal de Contas deverá tomar a decisão se será possível fazer investimentos de emergência ou não.

Há vontade política do Ministro. Havendo um sinal verde para investimentos de emergência nessas rodovias, que ninguém quer ser o pai, se o Tribunal de Contas der sinal verde haverá investimentos não só na região de União da Vitória e Oeste do Paraná nas rodovias 163 e 272.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É muito importante a informação que trazem aqui, porque amanhã teremos uma manifestação em União da Vitória. E teremos lá a oportunidade de dizer quem é o verdadeiro responsável.

Esta informação é oficial do Presidente do PT, que há o convênio entre o Governo do Estado e o Federal, que transfere responsabilidades ao Governo do Estado. Amanhã levarei aos manifestantes quem é o responsável pela rodovia 476.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Apenas para complementar o Deputado André Vargas, de que houve esse dinheiro, mas, depois disso, o Presidente Lula cancelou esse acordo. O impasse é que hoje, oficialmente, não há acordo.

Conversando ontem com o Governador Roberto Requião, ele disse que iria fechar a rodovia, para que se defina de uma vez por todas, porque o Governador não vai levar o ônus sozinho.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quem tem que fechar a rodovia é a população! O Governador não tem que fechar rodovia nenhuma! Ele tem que fechar os buracos que estão lá!

Não adianta, depois que a população fizer o movimento e marcar o dia do fechamento da rodovia como um ato de protesto, o Governador vir e fechar a rodovia!

O Governador tem que mandar lá o DER fazer um tapa-buracos, que estaríamos aplaudindo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Valdir Rossoni, já pela segunda vez V. Exa. encaminha uma Questão de Ordem para a Mesa Executiva. Penso que a Mesa tem que tomar providências, respeitando aquilo que diz o Regimento Interno e a Constituição do Estado.

Vou solicitar ao Presidente Hermas Brandão que tome providência a respeito da sua colocação.

Com a palavra, o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de me pronunciar sobre o objetivo que ocupo a tribuna nesta tarde, gostaria de lembrar de uma conversa que presenciei com o ex-Governador, falecido Leonel Bri-

zola, que, após um mês da vitória do Governo Lula, ele foi à televisão, aos jornais e disse que não participaria do Governo porque entendia que teriam nomeado pessoas que levariam o Governo a essa situação que está hoje. Portanto, é preciso lembrar a figura do grande Leonel Brizola, que veio a Curitiba, que disse ao nosso Diretório Estadual que tomaria essa decisão e assim o fez sabiamente, e hoje, constatamos os fatos em rede nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho em mãos uma auditoria feita pelo BANESTADO, onde retrata que em publicidade e propaganda, em 1998, mais precisamente, de junho a outubro, o Governo gastou, através do Banco do Estado, 36 milhões e 400 mil dólares em publicidade e propaganda, assim distribuídos: 1 milhão e 500 mil dólares para outros; 1 milhão, 433 mil dólares para televisão. 9 milhões, 283 mil dólares para jornais; 4 milhões, 993 mil dólares para rádios; 3 milhões, 157 e alguma coisa de dólares para despesas com produção; 5 milhões e alguma coisa de dólares para patrocínio.

Essa história vem se repetindo, desde muito tempo, no Paraná. Então, como legisladores e como eleitos que fomos para fiscalizar o Executivo, não podemos continuar permitindo que políticos eleitos com o voto do povo para fiscalizar o Governo e para fazer leis acabem recebendo recursos do Governo do Estado, das Secretarias e das empresas de economia mista para fazerem programas de rádio e televisão com o dinheiro do suor do povo do Paraná.

Então, apresento o seguinte projeto de lei a esta Casa: *Fica o Poder Executivo, as Secretarias do Estado e qualquer órgão da administração pública direta ou indireta, proibidos de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto às emissoras de programas de rádio e televisão, pois permanecem na mídia com recursos públicos que acabam faltando para os menos favorecidos pela sorte. O projeto de lei visa corrigir a injustiça estabelecida em condições iguais a todos aqueles que exercem a função pública.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Peço desculpas se atinjo, com essa idéia e com esse projeto de lei, alguém que esteja, eventualmente, sendo patrocinado pelo Governo para exercer seus programas de rádio e televisão, mas é necessário tomar uma atitude, porque temos que tratar os iguais como iguais e temos que, cada vez mais, dar a independência necessária ao Poder Legislativo, para que cumpra sua função na plenitude, porque só assim vamos resgatar a imagem dos políticos. Essa é uma grande verdade que é preciso ser dita.

Aguardo e requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, regime de urgência para que tramite esse projeto de lei, nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Mesa aguarda o requerimento de V. Exa. para regime de urgência, juntamente com o protocolo do projeto.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na qualidade de autor da lei que cria a educação em tempo integral, da lei que cria a disciplina de informática nas escolas e de um Parlamentar preocupado com a questão da educação, eu repercuto na tarde de hoje a denúncia da APP, o Sindicato da Educação Pública do Estado do Paraná, contra o Governo do Estado que descumpra a Constituição, que exige investimentos na ordem de 25% no setor de educação.

Dados do DIEESE revelam que esses investimentos chegaram, no ano passado, na ordem de 19,33% no ensino básico. O Governo colocou no ar uma propaganda enganosa, dizendo que investia 35% do que arrecadava. O Tribunal de Contas emitiu o parecer, dizendo que esses investimentos na educação são de 27%, só que aí está incluso também o investimento nas instituições de ensino superior, o que é proibido pela legislação. Os 25% têm que ser investidos na educação básica. O Governo, portanto, inflou os dados.

Essa manobra do Governo - foi denunciada pelo Presidente da APP-Sindicato, José Aparecido Lemos - em um cálculo, deixava de fora dois bilhões de reais em impostos arrecadados, o que significava investir no ensino básico, só no ano passado, 439 milhões de reais! Esta é a base correta dos investimentos que deveriam ser feitos, na ordem de sete bilhões de reais e não de cinco, como fez o Governo Roberto Requião. A propaganda enganosa foi retirada do ar, mas estamos exigindo que se cumpra aqui a Constituição. Logo esse Governador, que assinou, quando era candidato, uma carta-compromisso com a APP-Sindicato, assumindo as reivindicações da categoria, entre elas a destinação desses 25% do investimento no ensino básico.

Enquanto isso, vemos que o Governo investe 180 milhões de reais em publicidade, até o final do ano, nas administrações direta e indireta. Sabemos que em algumas salas de aula existem quatro turnos, para abrigar os estudantes que não conseguem assistir as aulas.

Por isso, nós, neste dia histórico para a APP-Sindicato, para todos os funcionários, os trabalhadores da educação pública do Paraná, estamos assumindo aqui o que estamos fazendo há vários dias, que o Governo aplique não só os 25% da arrecadação do Estado na educação básica, mas que faça o reajuste salarial, a aprovação do plano de carreira também dos funcionários da educação, a alteração dos critérios do PDE e do IPE Saúde e que a lei da Deputada Luciana Rafagnin seja aprovada, limitando o número de alunos por turma, o que fizemos na manhã de hoje, agora há pouco, na CCJ.

Infelizmente, vai ficar para uma próxima etapa a discussão, em plenário, dessa lei que aprovamos por duas

vezes, sem contar que na semana passada, exigimos do Governo, através de requerimento, a manutenção e a defesa da educação e jovens e adultos - presencial e semi-presencial. São, acima de tudo, compromissos voltados para o bem-estar da nossa população. Um governo que diz ter preferência pelos pobres, que assinou a Cartas de Puebla, não pode ser contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ser contra os servidores e contra os professores, porque estará sendo contra a nossa população e, principalmente os estudantes mais carentes, aqueles que não têm condições de pagar por um ensino particular.

Era esse o meu pronunciamento na tarde de hoje, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O pedágio não acabou e não baixou, como prometeu o Governador no período eleitoral. E agora, por culpa dele, Governador Requião, o pedágio terá o maior aumento da sua história, um aumento de 42,8%. Só para vocês saberem, todos nós que usamos as rodovias do Estado do Paraná, em especial da Concessionária Caminhos do Paraná, vamos ter que pagar, a partir de quinta-feira, à meia-noite, mais 42,8% na tarifa do pedágio, que vai atingir as praças de Porto Amazonas, de Irati, de Imbituva e a da Serra da Esperança, como quem vai na região de Guarapuava.

Nós temos visto os discursos acontecerem e muito pouco daquilo a que se comprometem, acaba acontecendo. Nós vimos no começo do ano de 2003, logo que o Governador Roberto Requião assumiu o Governo paranaense, dialogar com duas Concessionárias e em especial com a Concessionária Caminhos do Paraná, e ele divulgou para todos nós, para todos os paranaenses que tinha reduzido em 30% a tarifa do pedágio, só que ninguém soube muito bem qual foi o acordo feito entre o Governo e a empresa concessionária, porque o próprio Governo não tornou público o acerto, só que nós vimos, nas praças de pedágio, o preço 30% menor.

Agora nós sabemos qual o acordo feito: o Governador assumiu todas as obrigações que a Concessionária Caminhos do Paraná tinha por fazer, de acordo com o seu contrato - duplicações, terceiras faixas, roçar, sinalização e outras tantas obrigações que essa empresa tinha por fazer. O Estado assumiu essa responsabilidade, o DER assumiu o compromisso de fazer essas obras com o nosso dinheiro, o dinheiro dos paranaenses, que é arrecadado aos cofres da Secretaria de Estado da Fazenda.

Muito bem, o tempo passou, o Governador não assinou o contrato com a Concessionária, que não assinou contrato para abaixar os preços com o Governador Roberto Requião e, pasmem, o Governador não fez obra nenhuma! Ele “deu o cano”, reassumiu o compromisso e “deu o cano” na empresa Concessionária. E ela, a partir do momento que viu que o Governador estava mentindo, estava faltando com a verdade, o que ela fez? Procurou os seus direitos! Foi ao Poder Judiciário, questionou e venceu na Justiça! Agora, na quinta-feira, à meia-noite, o pedágio nessa Concessionária vai aumentar 42,83%!

Vamos ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Professores, se o Governador não vai recorrer novamente ao Movimento Sem-Terra, para que o Movimento venha a invadir essas praças de pedágio, tentando criar um confronto com a iniciativa privada e as próprias Concessionárias que aí estão! Espero que ele não use desse artifício! Agora, o que fica cada vez mais claro para mim é que o Governador não gosta de cumprir o que fala, não gosta de cumprir os compromissos e a grande prova está aí: é o pedágio que não abaixou e não acabou e está aí subindo - todo ano sobe o pedágio no Estado do Paraná!

Muitos que defendem o Requião, dizem: puxa, mas ele tentou na Justiça. Quem sabe que não consegue mudar um contrato, não deve prometer, principalmente na hora da campanha eleitoral. É muito fácil ir para o palanque, ir à televisão e prometer o que não pode cumprir - e estou vendo que não está cumprindo - dez milhões de empregos, como o Presidente da República prometeu, um salário mínimo digno, como o Presidente da República prometeu. E o que nós estamos vendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e a platéia que aqui está?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu gostaria de solicitar aos nossos professores, porque regimentalmente todos os Deputados têm o direito de expressar a sua opinião as galerias não devem se manifestar.

Pediríamos às galerias que, por favor, respeitassem o pronunciamento daqueles que estão na tribuna porque assim diz o Regimento Interno e nós vamos cumprir o Regimento Interno.

Então, quero agradecer imensamente, aqui, a presença dos professores. Vocês são muito bem-vindos; estamos felizes com a presença de vocês, mas, gostaríamos que as galerias não se manifestassem diante do pronunciamento dos Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Passa a usar o horário da Liderança do PFL

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, tudo o que eu estou falando aqui é verdade, está acontecendo em nosso Estado do Paraná. E na quinta-feira, à meia-noite, nós vamos ver 42% de rea-

juste no pedágio da Concessionária Caminhos do Paraná. É realidade o que eu estou aqui falando. Os dez milhões de empregos foram gerados? E o salário-mínimo tornou-se um salário-mínimo digno para o cidadão e o trabalhador brasileiro?

É muita prosa e pouca ação! Está aí um Governo que, lá atrás, quando estava na Oposição, criticava o Governo anterior, de gastar muito dinheiro em publicidade e só neste ano 140 milhões de reais, Sr. Presidente, estão gastando em publicidade! Será que os professores vão ter o compromisso do Governador Requião cumprido? Se depender de nós, Bancada de Oposição, podem ter a certeza que os senhores vão ter.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. está equivocado, Deputado Anibelli, eu já estava inscrito anteriormente.

Eu gostaria de me somar ao seu pronunciamento com relação à questão pedágio. Está constatado em todo o Estado a grande falta de verdade estabelecida pelo Governador Roberto Requião com relação ao pedágio no Estado do Paraná. O estelionato eleitoral que aconteceu com a eleição do Governador, aconteceu exatamente em cima da velha frase, do chavão: “O pedágio abaixa ou acaba”. E, pelo contrário, nada disso aconteceu, não acabou, não abaixou! Até se acenou com a possibilidade da criação de uma nova praça de pedágio na Lapa, e, na sequência, pensaram em criar o pedágio instituído aí pelo Governo, mas, quando sentiram que a sociedade não iria permitir, recuaram.

Mas quero, Deputado Plauto, até para não tomar o seu tempo, fazer aqui uma consideração. O Governo, para tentar mostrar aos paranaenses que o pedágio realmente não era interessante, começou um programa de obras no interior do Paraná. Eu reconheço que em algumas regiões até está acontecendo.

Mas, quero falar da minha região, das inverdades que eu tenho ouvido, das propagandas que eu tenho assistido em rádio, televisão, do custo excessivo que o Governo tem feito para divulgar determinadas obras no interior do Paraná. Na região Sudoeste do Paraná, nada daquilo que estão falando, está acontecendo! Eu vou dar o exemplo da minha região de fronteira, o Município de Santo Antônio do Sudoeste a Barracão. É uma vergonha o que estão fazendo, largando apenas uma pintura asfáltica em cima da obra, em apenas a metade da obra, quando, na continuidade, o que necessita ser feito, não está sendo feito! E assim é em todos os Municípios da Região Sudoeste do Paraná. Não sei quem está pagando a conta. Não sei a serviço de quem está se executando essas obras. Talvez para beneficiar algum determinado grupo na região, as obras estão acontecendo.

Por isso me somo ao seu pronunciamento. O Governo faltou com a verdade para com os paranaenses. O pedágio acaba de aumentar novamente; o Governador sabia que não podia romper os contratos! É um jurista de catego-

ria ilibada, conhecedor profundo da área jurídica deste Estado e sabia que não tinha como acabar com o pedágio.

Mentiu aos paranaenses, mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Plauto, seu tempo já esgotou.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Eu acho que são dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É cinco minutos o Horário da Liderança, hoje.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero fazer uma consulta à Mesa - nós estamos recebendo a presença de servidores na área de educação do Estado do Paraná. A entidade máxima dos professores e servidores se faz presente. Teve uma reunião com o Secretário de Educação e com o Chefe da Casa Civil, pela manhã, no Palácio Iguaçu.

A pergunta que eu faço é, se já foi consultada a Mesa, se há um espaço destinado para que o representante da APP possa dar um relato a respeito dessas tratativas entre a entidade e o Governo, para que os Deputados possam tomar conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Já foi. Já foi consultado e já está inscrito aqui o representante da APP, o professor José Lemos, que falará logo após os Deputados Scarpellini e o Tadeu Veneri, que estão inscritos no Grande Expediente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Eu gostaria de pedir, Pela Ordem, respeitando os nossos visitantes, porque o Deputado Plauto falou que o Governador Requião mentiu. O Governador não mentiu...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há Questão de Ordem, Deputado Anibelli.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Não há questão a decidir Pela Ordem, Deputado Anibelli. V. Exa. pode se inscrever depois do Horário da Liderança do Governo.

(Discussões paralelas)

Grande Expediente:

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quem fala demais, geralmente erra. Fala e não cumpre. Promete e não cumpre. Quem jurou e não cumpriu não fui eu, e sim o Governador Roberto Requião. Jurou e não cumpriu o pedágio. Jurou e não cumpriu a recriação do IPE, o reajuste salarial dos professores, dos aposentados, dos funcionários do Paraná. E hoje está indo a Apucarana para reforçar o time do PMDB.

E eu quero que os senhores ouçam agora, dentro do horário que tenho direito, o que o Governador Roberto Requião falou do Padre, Prefeito de Apucarana, que hoje ele está se filiando ao PMDB. Em 1992, no dia 20 de setembro, na praça pública, em Apucarana.

Por favor, o som, para que esta Casa não diga que o Deputado Scarpellini inventou. É a palavra do Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

(A fita com o discurso do Governador Roberto Requião passa a ser ouvida pelo Plenário)

Realmente, Roberto Requião de Mello e Silva vai a Apucarana hoje, prometendo novamente casas populares e bons empregos para a cidade. Certamente os bons empregos que ele vai levar a Apucarana não é o emprego do seu irmão, que está no Porto de Paranaguá, o Eduardo; ou do seu outro irmão, Maurício, que está na Secretaria de Educação; ou da sua irmã no PROVOPAR; ou da senhora, que respeito muito, Maristela, no Museu Oscar Niemeyer.

Ele disse que é mais fácil um camelo passar no buraco de uma agulha do que um padre que abandonou a batina em troca de uma mulher ir para uma prefeitura ou para o céu! E hoje ele está em Apucarana filiando o padre. Quem é que tem menos vergonha: o Requião ou o padre?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nossos visitantes, educadores, educadoras, sejam bem-vindos.

Serei breve, porque queremos ouvir o professor Lemos, mas serei breve para dizer apenas o suficiente.

Estamos hoje aqui, para lembrar que é preciso que nós, definitivamente, aprovemos, e o Governador sancione o projeto da Deputada Luciana Rafagnin, que estipula o número máximo de alunos, porque isso vai transformar a sala de aula num espaço melhor para alunos e professores.

Precisamos discutir o EJA e o EJA semi-presencial. Precisamos discutir o FUNDEBE.

E tudo isso será colocado, sem dúvida nenhuma, pelo professor Lemos, mas, só quero lembrar a esta Assembléia e aos Deputados que estão aqui, que o dia de

hoje é particularmente para a APP, para os educadores e educadoras deste Estado e para todos os democratas, não porque ele tenha uma lembrança de festa, mas porque tem uma lembrança da truculência feita no dia 30 de agosto de 1988 contra os educadores e educadoras, pelo então Governador Álvaro Dias, hoje Senador da República. Esses fatos não serão esquecidos, a história dos trabalhadores não será esquecida.

Por isso mesmo sejam muito bem-vindos.

Concedo aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Quero cumprimentar a todos os trabalhadores em educação do nosso Estado do Paraná.

Sr. Deputado, é bom aqui lembrar, muitas vezes é citada uma frase, que “o povo tem memória curta”. A APP nos mostra que é diferente. Os professores lembram bem o que aconteceu em 88, lembram bem a forma violenta com que foram tratados pelo então Governador Álvaro Dias, e também dizer aqui, nobre Deputado, que estamos preocupados com esse projeto que limita o número de alunos em sala de aula, porque é uma reivindicação dos professores. Apresentamos esse projeto depois de muita conversa, muita discussão com a APP Sindicato, e quero agradecer a todos os Deputados que subscreveram-no. Precisávamos de 28 assinaturas e conseguimos!

Hoje nós tivemos o relato pelo Deputado Traiano. Não foi votado na CCJ hoje e a gente espera, e eu quero pedir o apoio de todos os Deputados para que possamos aprová-lo. Nós o reformulamos, para que ele possa dar condições ao Governo do Estado do Paraná de poder implantar. Reformulamos no sentido de que um terço da lei seja cumprida, a partir de 2006, mais um terço em 2007 e finalizando 2008, com todas as escolas públicas cumprindo essa lei, com limite máximo de alunos em salas de aula.

Queremos, neste momento, pedir o apoio dos Deputados. Não vamos votar hoje esse projeto, mas desde já queremos pedir esse apoio e parabenizar a todos os trabalhadores em Educação no nosso Estado do Paraná, que neste dia celebram - é um dia de luta - mas é um dia de luto também, pela violência que sofreram.

Então, sem esquecer o que passou, eles também fazem desse um dia de reivindicação, mas não deixam passar em branco tudo o que passaram os colegas, os demais professores, porque muitas vezes os discursos aqui nesta Casa nos trazem a impressão de que hoje é que vivemos um momento ruim e parece que no passado foi tudo maravilhoso.

Então, é bom trazermos o que aconteceu em governos anteriores, a forma como o Governo do Estado do Paraná assumiu, a forma como o Governo Lula assumiu este País, para que não se coloque neles toda a culpa daquilo que eles estão tentando fazer pelo País e que infelizmente não conseguem tudo, porque Governos anteriores desmontaram o nosso Estado e o nosso País.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada Luciana Rafagnin.

Gostaria de convidar o professor José Lemos, que fará uso dos próximos vinte minutos, e mais uma vez, cumprimentar os professores que estão aqui, sem dúvida nenhuma, com funcionários com uma reivindicação extremamente justa, mas com uma lembrança também muito justa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. José Lemos - Presidente da APP-Sindicato

O SR. JOSÉ LEMOS

Quero, inicialmente, cumprimentar os trabalhadores em educação que estão presentes a este Ato, hoje. Mais de cinco mil educadores vieram da Praça Santos Andrade até o Palácio Iguaçu. Cumprimentar também os trabalhadores que estão aqui, que já trabalham para esta Casa, assessorando, e aqueles da imprensa que estão sempre acompanhando os trabalhos aqui; cumprimentar os Deputados, as Deputadas e cumprimentar a Mesa, ao nosso Presidente da Sessão de hoje, Deputado que sempre está ao lado dos educadores do Estado do Paraná.

Aproveitar para cumprimentar o Deputado Tadeu Veneri por ter, a pedido nosso, solicitado e ter cedido este espaço que pudéssemos conversar com esta importante Casa de Leis, com 54 representantes do povo do Paraná.

Dizer que nós, educadores do Paraná, não estamos cobrando nada do Governador e não trazemos para esta Casa nenhum projeto de lei que não esteja contido num documento assinado pelo Governador, quando foi candidato.

Em 2002, a APP teve o cuidado de debater com os onze candidatos que postulavam o Palácio Iguaçu. Roberto Requião foi o eleito. São 26 compromissos, é verdade. Metade desses compromissos já foram cumpridos, mas temos a outra metade que queremos ver cumpridos antes do término do seu mandato.

Portanto, a APP não inventa. A APP faz debate político com quem quer governar o Estado, propõe, e quando o candidato assina o compromisso conosco, entendemos que ele assinou pra valer e é por isso que cobramos pra valer. É por isso que fazemos mobilizações, é por isso que vimos a esta Casa pedir o apoio dos Deputados e Deputadas, para os nossos pleitos, que são por demais justos.

Hoje, relembremos o dia de luto e também comemoramos o dia de luta. O dia de luto rememoramos, para que nunca mais aconteça com nenhum trabalhador deste Estado, nenhuma autoridade ouse massacrar os nossos trabalhadores. Também, a luta, porque as reivindicações que trazíamos em 88 ao Palácio Iguaçu, são as mesmas

que trazemos hoje: salário. Não é possível discriminar os educadores.

Por que uma zeladora da escola, que limpa a escola, que lava os banheiros da escola, recebe um salário menor, recebe metade do que recebe uma outra funcionária, para fazer a limpeza de um escritório, de uma outra Secretaria? Isso está errado, mesmo estando no mesmo Plano de Carreira, porque lá na outra Secretaria tem uma gratificação que dobra o salário, tem a gratificação de produtividade!

Por que a nossa merendeira, que faz a merenda para milhares de alunos na escola, recebe um salário menor, pela metade, do que recebe aquela que faz o cafezinho, aqui no Palácio Iguaçu, ou em qualquer outra Secretaria? Isso está errado, estão discriminando os educadores do Paraná, e a APP não aceita e ninguém há de aceitar isso!

Nós, professores, também recebemos salários menores. Os demais servidores estão com o salário defasado, já estão em campanha salarial e, nós ainda estamos lutando para alcançar o salário dos outros servidores.

O Governo Requião assumiu o compromisso de recuperar todas as nossas perdas, mas, no mínimo, ele precisa equiparar o salário dos professores com os dos outros funcionários do Estado, que têm curso superior como nós temos, que têm a mesma jornada semanal de trabalho, que é de quarenta horas. Não podemos abrir mão de 48,08%, que é o mínimo, Deputado Anibelli, que o Governo do Paraná precisa para reparar essa injustiça que vem de governos anteriores. Porque o nosso trabalho não é inferior, e o nosso diploma também não!

Portanto, exigimos respeito e o apoio desta Casa será fundamental para que restabelecamos isso. Se o Governo não pode repor de uma vez só esses 48%, pode fazê-lo parcelado, e estamos abertos ao diálogo. O que não se pode é nunca marcar a data para começar essa reposição. Isso vale para o professor e vale para os nossos funcionários.

Também há um Plano de Carreira debatido com o Governo, acolhido pelo Secretário que se encontra ainda tramitando no Governo. É preciso que o Governador envie uma mensagem para esta Casa, para transformar em lei, formando uma carreira para as nossas funcionárias de escola, para os nossos funcionários que são 23 mil!

Vejam bem, R\$ 228 reais, é o piso inicial de uma funcionária que faz a merenda, que faz a comida para as crianças, que limpa a escola! Aí tem que receber uma diferença para alcançar R\$ 300,00, que é o salário-mínimo. Já foi dito aqui que o salário-mínimo é uma miséria. É uma miséria mesmo! Mas, nem esse salário-mínimo como piso, as nossas funcionárias têm na escola! Isto é indecente, é injusto, precisamos do apoio desta Casa, para recuperar. Se não for para ser recuperado de uma vez, estamos abertos ao debate para recuperar paulatinamente. O que não dá é para o Governo não enviar

nenhuma mensagem para esta Casa corrigindo esta barbaridade.

Com relação ao investimento em Educação, é um outro item importante. É o item 9 desse documento. Aplicação de 25% constitucionais no mínimo da Receita Estadual, no financiamento da Educação Básica. Não se pode incluir o Ensino Superior. Isso está acontecendo! O Governo do Paraná no ano passado passou um documento para esta Casa, que é esse documento aqui, na página 5, dizendo aos Deputados Estaduais que investiu 34,94% em Educação.

Criticamos isso; o Governo corrigiu. Agora esse segundo documento aqui dizendo que aplicou 26,91%. Criticamos novamente; o Governo agora está dizendo que aplicou 27%.

Acontece que os critérios que ele está utilizando não são os critérios do Tesouro Nacional, válido para todo território nacional.

Inventar um critério não é correto. É preciso aplicar o critério que a legislação determina. Segundo o DIE-ESE, o Governo aplicou no ano passado, 24,5%, mesmo incluído o Ensino Superior. Não se pode incluir o Ensino Superior! Tirando o Ensino Superior, que foi o investimento em educação básica? 19,33%! Ora! Esse investimento é insuficiente para atender às nossas reivindicações. Precisamos, no mínimo, que os 25% sejam aplicados na Educação Básica, porque, com esse dinheiro, dá para repor as perdas salariais dos educadores, professores e funcionários. Dá para implantar o Plano de Carreira dos Funcionários. Dá para implantar o IPE Saúde, que debatemos com o Governador, que prometeu, é o item 24 desse documento, restabelecer o IPE Saúde para todos os servidores estaduais.

No ano de 2003, juntamente com o Governo, elaboramos uma proposta de lei, que está aqui. O próprio Governo fez estudos. Entretanto, não encaminhou para esta Casa o projeto de lei! Do jeito que está hoje não funciona. Porque é repassada uma quantia X de dinheiro todos os meses para os donos de hospitais, mesmo quando eles não atendem nenhum servidor público. São 7,6 milhões destinados mensalmente aos donos de hospitais. Por exemplo, o Hospital Evangélico de Curitiba recebe, pelos servidores que estão morando aqui nesta região, mais de dois milhões por mês. Se atender um servidor, recebe esse dinheiro. Se não atender nenhum, recebe o mesmo cheque! É uma mesada que vai todos os meses para os donos de hospitais, que fazem de tudo para não atender os servidores!

Esta mesada tem que ser modificada, é preciso que o Governo pague por serviços prestados, para que os hospitais queiram atender os servidores. Deputado Dobrandino, por exemplo, lá em Toledo, para marcar uma consulta demora 90 dias, porque o hospital não quer marcar, porque se ele não atender ninguém, fica com 100% do dinheiro repassado!

Esse modelo de saúde interessa apenas para o dono do hospital. Para os servidores públicos não serve!

O Governador Roberto Requião prometeu acabar com esse modelo, porque foi implantado no Governo anterior, não serve para os educadores, não serve para nenhum servidor do Estado; entretanto, mantém o mesmo modelo: agrada apenas o dono de hospital.

Também a EJA - Escola de Jovens e Adultos. Há vários estudantes nas ruas, hoje. Queremos a dilatação do prazo para pelo menos o final de setembro, para que possamos discutir melhor o projeto. Não aceitamos o fechamento das matrículas, como estão fechadas hoje para a EJA fundamental. Não aceitamos apenas a matrícula por disciplina como é a proposta do Governo hoje. Queremos reabrir o debate e queremos que o Governo ouça as escolas, porque os nossos educadores, que cuidam de mais de duzentos mil jovens e adultos, sabem o que querem, porque há 25 anos trabalham com educação de jovens e adultos no Estado, e portanto, não podem ser deixados de lado quando se faz uma proposta de mudança. Queremos mudança, sim, mas para melhorar, mudança para excluir os alunos da APP, e nenhum educador do Paraná concorda.

Também temos projetos de lei importantes que tramitam nesta Assembléia, como por exemplo o 486, assinado pela Deputada Luciana e por mais 27 Deputados.

Hoje estive na CCJ, foi pedido vistas. Depois do 7 de setembro, deve voltar à pauta. Queremos que a CCJ acolha, a Comissão de Finanças acolha, a Comissão de Educação acolha e que o Plenário aqui acolha por unanimidade uma proposta pé no chão, para que consigamos chegar em 2009 com salas de aula com número razoável de aluno para evitar a evasão, para evitar a repetência e para evitar que os nossos professores fiquem extremamente doentes, como estão ficando hoje. Isto vai com certeza melhorar a qualidade da educação no nosso Estado.

Também, não podemos deixar de denunciar aqui que o Estado está exigindo que um professor que fique doente vá para a escola depois repor aquele dia de trabalho! Há uma decisão da Justiça, por unanimidade aqui no Tribunal de Justiça, dizendo que o Governo está errado! Entretanto, teima em cobrar dos nossos professores que ficaram doentes, ter que ir lá no sábado, ir lá no feriado repor um dia, porque esteve doente! Isto é inadmissível, contraria a lei, contraria a Constituição e contraria os direitos humanos! Recorremos a esta Casa para que nos ajude a revogar instrumentos, dispositivos que contrariam a Constituição, fazendo aqui um decreto legislativo, pondo fim à Resolução da Secretaria de Estado da Educação e da Administração que estabelece a reposição, quando esteve doente.

E por fim nós pedimos o apoio dos Deputados para derrubar o veto do Governador, do Projeto 150, autoria da Deputada Elza Correia e Cesar Seleme, em parceria com a APP, para dar o mesmo tratamento que o Município de Curitiba, que o Estado de Santa Catarina dá às mães servidoras que têm filhos deficientes que possam

reduzir a sua jornada de trabalho sem reduzir os seus direitos, sem reduzir os seus salários.

Esta Casa aprovou por unanimidade, o Governador vetou, equivocadamente. E solicitamos a derrubada do veto, também ao Projeto 136, em parceria com o Deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece deveres para o Estado para cuidar da saúde dos nossos professores, porque hoje estão desassistidos com problema de cordas vocais. E um projeto de lei também de autoria do Deputado Vanhoni, juntamente com a APP, para a saúde ocupacional, um projeto que virá aqui para este Plenário.

Queremos o apoio unânime dos Deputados, porque nós temos problemas de saúde que não é só da voz; temos problemas de alergia, temos que banir os quadros de giz das nossas escolas. Temos problemas com articulação, temos problemas de varizes, temos problemas com os nossos funcionários que trabalham lavando banheiro, que trabalham em laboratório, manipulando com produtos químicos, e portanto esse é um projeto de alta relevância, e queremos que os Deputados aprove, por unanimidade.

Gostaria de conversar mais com os nobres Parlamentares, mas o tempo está encerrado, e portanto eu agradeço esse espaço, em nome de toda a educação do Paraná. E peço o apoio de todos, independente de partido político, que a educação tem que ser uma causa de todos, não é ideologia de um ou de outro.

Portanto, termino aqui com Paulo Freire: “Com educação não se resolve tudo; sem educação não se resolve nada”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a presença dos servidores da Educação nesta Casa. Reiteramos o apoio sempre, de todos os Parlamentares. Muito obrigado, Professor Lemos, que fez a sua apresentação em nome de todos os servidores e educadores.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Observei que alguns dos nossos convidados de hoje portam uma camiseta com o número um. O que é esse número um?

O SR. PROFESSOR JOSÉ LEMOS

Temos eleições na APP dia 22 de setembro, e vários colegas que vieram apoiam a Chapa nº 01, cujo candidato a Presidente é o professor Lemos, para um segundo mandato.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Gostaria que os professores e o professor Lemos refletissem, pois nesta época se fala mal dos políticos. E essa campanha salarial, por coincidência, antecede a data da eleição.

Acho que demagogia, professor Lemos...

(Tumulto no plenário)

Esta Casa os abriga e exige respeito. Professor que não respeita Parlamentar não merece respeito.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para aqueles que vêm nos visitar, têm que respeitar a posição de cada Parlamentar. Esta Casa é democrata.

O professor Lemos fez aqui a sua explanação e não podemos cercear o direito de nenhum Parlamentar de colocar a sua posição.

Gostaria da compreensão dos nossos professores, porque é desta forma que evoluímos democraticamente.

Com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Srs. Professores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Veja como a memória é curta, o professor não pode ter memória curta: hoje é o aniversário de morte do Deputado Anibal Khury (dia 30 de agosto) ele que abriu esta Casa, quando eu era Presidente, e que recolhemos vocês, professores, nesta Casa, para que aqui fizessem a manifestação e ficassem alguns dias sendo bem recebidos, com café e com água.

E vocês, professores, que deveriam agradecer a um Governador sério, que deu o plano de cargos e salários, vieram aqui aplaudir Deputados que chamaram o Governador de mentiroso! Mentiroso foi o Governador anterior que não deu o plano a vocês!

Saiam! Virem as costas com a educação que vocês dão aos nossos filhos! Vocês que são muito bem pagos pelo Governo do Estado e pela população! Fiquem aqui para respeitar quem abriu esta Casa, quando eu era Presidente, para recebê-los. Não sejam mal-educados! Nós levaremos a pior imagem de vocês, que sempre foram bem recebidos, nesta Casa. Aceitem a democracia, não invertam a verdade! Esta Casa os acolheu sempre!

Não aceitamos que o professor Lemos venha aqui fazer demagogia em véspera de eleição, para poder enganá-los de novo. Ele deveria vir agradecer o Governador Requião! Vocês, professores, que nunca tiveram vez no Governo passado, agora é bom virem respeitar e saber que aqui tem Deputado que não tem medo de vaia, não tem medo de demagogia de Deputado do PT ou de outro Partido! Nós temos dignidade, temos um Governador sério, justo, que dá aumento aos professores da rede pública, que valoriza as escolas, que devolveu os jogos estudantis, que deu aumento aos professores dos níveis universitários e vocês estão com ciúme!

O Deputado Neivo Beraldin fez um discurso dizendo quanto gastou o Governador Lerner com propaganda política e vocês nem escutaram. Vocês estão lou-

cos atrás de novo aumento! Tinham que esperar o restante dos funcionários do Estado, a Polícia Civil, a Polícia Militar! Vinte mil professores foram contratados, Sr. Presidente; as APAE's tiveram consolidado seus professores, e aqui, estão os nossos professores a vaiar, a virar as costas, mas esta Casa não se envergonha. Vocês deveriam estar dando aula para os nossos filhos e não vaiando Deputados sérios, como esta Casa tem!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do: PP, PL, PTB, PPS.

(**Declinam**)

Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, pediria para V. Exa. zerar o nosso cronômetro.

Sr. Presidente, estamos trazendo, mais uma vez, na tarde de hoje, a preocupação em relação ao Estado do Paraná, na região mais rica em biodiversidade do nosso Estado, que está prestes a ser violentada. Entre Telêmaco Borba e Ortigueira nós estamos tentando evitar que seja instalada uma das usinas hidrelétricas que está no planejamento da ANEEL para o longo do Rio Tibagi.

A informação que recebemos é que não são seis usinas hidrelétricas, e sim, sete usinas hidrelétricas que vão ser construídas em um dos poucos rios virgens do nosso Estado! O Paraná, que já produz 88% da energia que é consumida por outros Estados; o Paraná que já foi o Estado mais prejudicado com alagamento de áreas para a manutenção das exigências do Governo Federal no que tange à geração de energia, mais uma vez, vai ser prejudicado!

Até a cidade de Londrina, que hoje tem boa parte do seu sistema de água abastecida pelo Rio Tibagi, vai ser afetada e prejudicada. Vários mananciais deverão ser poluídos em função da construção dessas usinas hidrelétricas, desde o Município de Jataizinho até a cidade de Ponta Grossa! Todos os municípios por onde passa o Rio Tibagi serão afetados! Será cometido um dos desequilíbrios mais graves contra a natureza!

Estamos muito preocupados com esta questão. Fizemos o envio desse requerimento ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião e estamos no aguardo da resposta. No momento em que o mundo todo fala no respeito ao Protocolo de Kioto, tenta reduzir a emissão de gases poluentes, no momento em que todo o Planeta está preocupado com a agressão da camada de ozônio, vem essa imposição do Governo Federal para o

Estado do Paraná, simplesmente, acabar com 747 espécies de animais que vivem nesta região extremamente rica em biodiversidade.

Temos que dar um basta a esta famigerada idéia do Governo Federal, em construir essas usinas hidrelétricas, ao longo do Rio Tibagi. A Constituição Estadual, que invoco neste momento, obriga o Governo a encontrar soluções de alternativa de energia com menor impacto, que não sejam a construção de médias ou grandes usinas hidrelétricas em nossos rios. Por que será que isso tudo está sendo desrespeitado? Onde está o estudo completo da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi? O Governo não pode emitir pareceres, através do Instituto Ambiental do Paraná, em blocos ou parceladamente, para que burle a legislação!

Estamos exigindo esse compromisso do Governo do Estado e estamos no aguardo da resposta desse requerimento.

O apelo que faço aqui ao Instituto Ambiental do Paraná e ao Governo Federal é que não pode exigir e o Governo do Estado aquiescer diante dessa obrigação, que nós alugamos aí essas áreas - repito -, que é a mais rica em biodiversidade, ao longo do Rio Tibagi!

Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, dizer aqui que existem alternativas viáveis, para que sejam necessários a obrigação e o cumprimento dessas exigências, como por exemplo, a alternativa da utilização da força dos ventos, a energia eólica - esta mesma região que possui ali perto alguns canyons na região de Tibagi e também o próprio Parque Estadual de Vila Velha. Nós temos ali o sexto canyon mais importante e mais extenso do mundo. Portanto, um corredor de ventos que poderia ser mais bem utilizado, como determina a nossa própria Constituição Estadual.

Agradeço a aquiescência de V. Exa. e mais uma vez deixo registrado nesta Casa a nossa preocupação para darmos um não redondo à construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 40 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Ofício nº 267/2005, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 29/08/2005 (ontem), por estar submetendo-se a exame de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.**

Está em votação o Substitutivo Geral da CCJ.
Deputados favoráveis, permaneçam como estão.
Aprovado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02.08.72, que dispõe sobre o conselho de contribuintes e recursos fiscais - CCRF, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em Discussão a Emenda.

Em votação.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovada por unanimidade.

Está em discussão o projeto.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Lei Complementar é maioria simples?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Voto normal, como foi por unanimidade, não há verificação.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas a Lei Complementar precisa de votos qualificados, não é uma votação de maioria simples.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É maioria absoluta 28 votos.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Verificação de votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, já foi votado. "Inês é morta"!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Bradock, onde o projeto já havia sido declarado aprovado.

A verificação teria que ser solicitada antes.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas foi solicitado em tempo. Por isso argumentei que era Lei Complementar.

V. Exa. deveria ter alertado ao Plenário que Lei Complementar precisa de quórum qualificado.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Permite-me, mas o Deputado tem que saber, se Lei Complementar precisa de voto "X" ou "Y".

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, apenas para dizer o seguinte: eu acolhi a reivindicação de V. Exa., mas quando questionado por uma Questão de Ordem, sou obrigado a seguir o Regimento.

Já estava aprovado o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas com que quórum?

Peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas já foi declarado aprovado e tinha que ter sido solicitado na hora do processo de votação. Após ter sido declarado, automaticamente havia presunção de quórum.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

E por isso peço verificação, que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. pode pedir para o próximo projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então, verá que no próximo projeto terei razão e V. Exa., evidentemente, terá aprovado sem quórum legítimo para Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, não havia solicitação de verificação de votação no momento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Ficará constatado na verificação do próximo Projeto. V. Exa. terá aprovado uma Lei Complementar sem quórum legítimo.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, saíram mais de doze Deputados depois da votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Exatamente. V. Exa. está correto. O resultado tinha sido promulgado e não cabe a Questão de Ordem do Deputado Neivo Berardin.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Bradock, já acolhi a sua Questão de Ordem!

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2005, de autoria do Deputado Marcos Valente Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Betel de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Está em Discussão.

Em votação.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a verificação. Não são necessários 28 votos para a aprovação do projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Nesse não há, mas no outro haveria.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

São necessários 28 Deputados para a votação. Vamos proceder à verificação.

Deputados favoráveis, queiram levantar-se.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a chamada nominal.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e três Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há quórum para votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, mais uma vez ratifico que o Projeto de Lei Complementar foi votado sem quórum legal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, eu respeito o seu posicionamento, mas no momento em que esta Presidência disse que estava aprovado por unanimidade, não houve sequer um questionamento; posteriormente V. Exa. fez.

Então, como não houve questionamento, nós não conferimos o quórum. Se esse quórum fosse transposto para o projeto anterior, V. Exa. teria razão.

Não há quórum para votação apenas para prosseguimento da Sessão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2503 a 2505 e 2521, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2506, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2510 a 2513, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2523, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2005.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 250, 349/2004 e 351/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 320, 367, 444, 471 e 473/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 005, 043, 051 e 052/2005.

Levanta-se a Sessão

Publicações:

Atas da Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Nelson Justus relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 015/2005, 180/2005, 229/2005, 308/2005, 331/2005, 388/2005 e 424/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 321/2005, 370/2005, 416/2005 e 417/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

